

FALE COM A GENTE!

Editores Bruno Rios, Marcelo Luís,
Rafael Motta e Ronaldo Abreu Vaio
E-mail cidades@atribuna.com.br
Telefone 2102-7157

DESTAQUE DO DIA

CIDADES

Arrecadação de royalties tende a cair na região em cinco anos

Projeções da ANP indicam redução de 23,65% na compensação das atividades com petróleo e gás natural até 2023

EDUARDO BRANDÃO
DA REDAÇÃO

Reforço nas finanças regionais, a arrecadação de royalties deve apresentar curva descendente nos próximos cinco anos. Projeções da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) indicam uma redução de até 23,65% na partilha do tributo entre as cidades da Baixada Santista.

São Vicente, Praia Grande, Cubatão e Bertioga serão os municípios mais afetados, com perdas que, juntas, ultrapassarão R\$ 48 milhões, em 2023. A queda da compensação financeira pela exploração desses recursos não renováveis foi apurada por *A Tribuna* a partir de cruzamentos de dados com a estimativa anual de arrecadação da ANP e de prefeituras.

Conforme o levantamento, as nove cidades da Baixada Santista devem encerrar 2019 com arrecadação superior a R\$ 201,8 milhões. O volume estimado para este ano já é 12% inferior ao de 2018, quando a região recebeu R\$ 229,3 milhões. Para 2023, a previsão é que os royalties gerem receita de R\$ 154,09 milhões.

Cubatão terá a mais expressiva perda: uma retração de R\$ 27,2 milhões entre 2019 e 2023 – partindo dos atuais R\$ 85,9 milhões para R\$ 58,7 milhões. Por abrigar a refinaria da Petrobras e dutos de distribuição de petróleo, a cidade é hoje a que mais recebe compensação na região.

Caso o cenário se concretize, o município industrial cairá para o segundo posto regional, sendo ultrapassado por Bertioga, cuja previsão para 2023 será de R\$ 62,3 milhões. Em terras bertioguenses, a compensação com petróleo e gás natural compõe 14,22% do orçamento anual (estimado em R\$ 474,5 milhões).

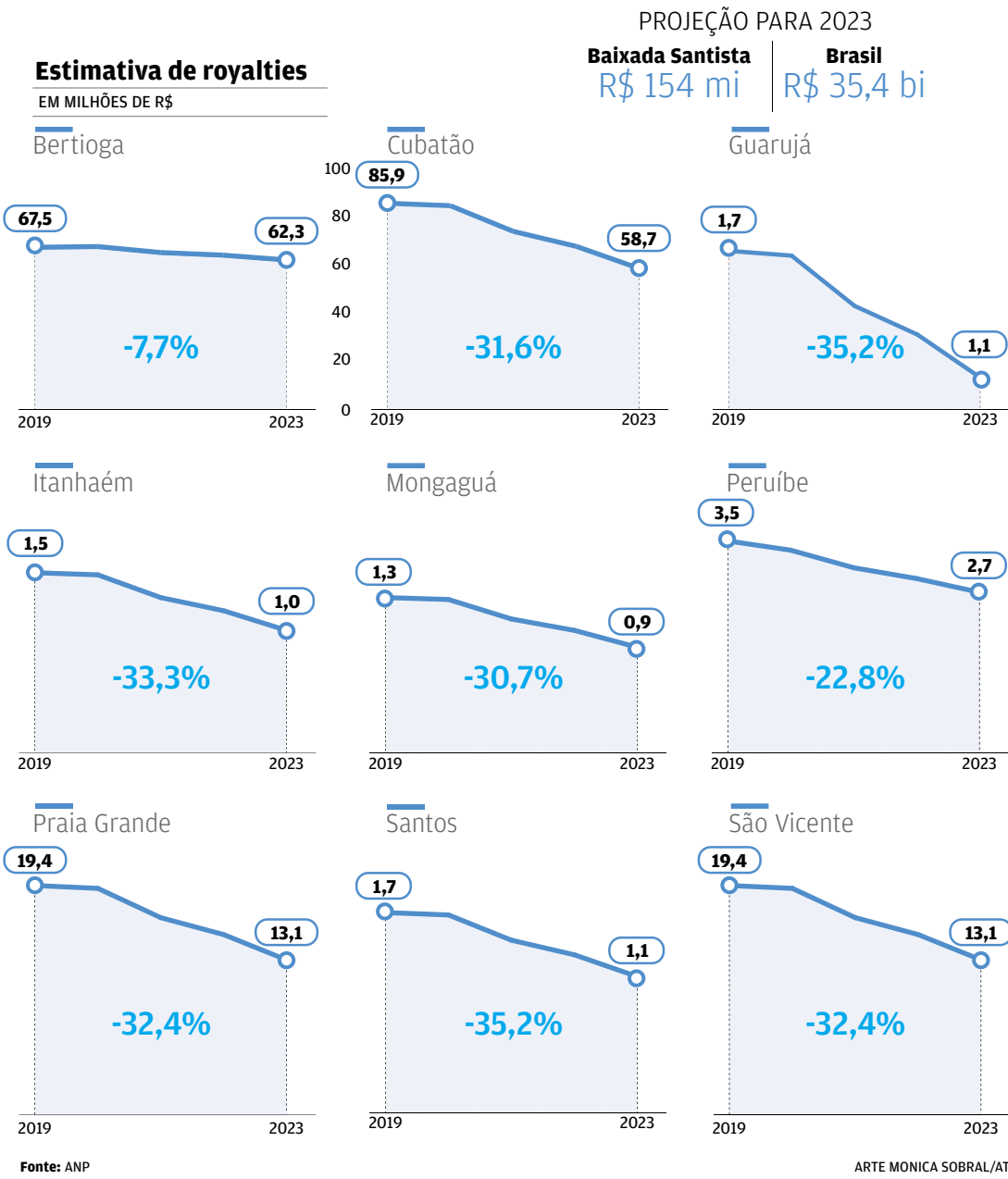
São Vicente, Praia Grande (ambas com perda de R\$ 6,2 mi) e Bertioga (queda de R\$ 5,2 mi) fecham o ranking das mais expressivas retrações.

A queda nos repasses analisada pelo órgão nacional ocorre em meio à crescente produção na camada de pré-sal da Bacia de Santos (extensa faixa que vai do litoral sul do Rio de Janeiro até o norte de Santa Catarina) e às vésperas da 16ª rodada



Queda nos repasses analisada pela Agência Nacional do Petróleo ocorre em meio à crescente produção na camada de pré-sal da Bacia de Santos

CONHEÇA AS ESTIMATIVAS



de licitação, que será realizada em 10 de outubro, oferecendo 36 blocos nas bacias sedimentares marítimas, entre elas a que beneficia os repasses à região.

NO SUPREMO

“Não vejo no momento qualquer elemento que possa interferir nos preços (do barril do petróleo), a não ser a especulação”, afirma o jornalista e consultor em finanças públicas, Rodolfo Amaral. Para ele, o momento de apreensão se deve à análise, no Supremo Tribunal Federal (STF), de uma lei que pode mudar a partilha.

Marcada para novembro, a proposta prevê distribuição de recursos até mesmo para cidades e estados que não são produtores de óleo. “Se essa lei for considerada constitucional, vai cair pontualmente (o volume de recursos) para algumas cidades que hoje recebem grandes valores, em especial municípios de Rio de Janeiro, Cubatão e Bertioga”.

Em entrevista ao jornal Valor Econômico, em julho, o ex-diretor da ANP, Hélder Queiroz, disse haver incertezas sobre o comportamento da demanda de petróleo e gás para o futuro. Na ocasião, ele avaliou ser prematuro analisar o cenário de preços e volume de produção.

Baixada perde R\$ 2,3 milhões em oito meses

■ A arrecadação com royalties do petróleo caiu 1,65% de janeiro a agosto, na comparação com igual período de 2018. Com isso, a região deixou de receber R\$ 2,3 milhões, indica a ANP. A diferença se deve à queda na cotação do barril do petróleo, em dólar – moeda na qual o preço se baseia.

Cubatão segue na liderança regional, com arrecadação de R\$ 59,1 milhões (queda de R\$ 500 mil em relação a 2018). O recurso é utilizado para projetos voltados ao meio ambiente, saúde e educação, diz a Prefeitura.

Para combater a eventual redução, a Administração vai propor um plano de incentivos à indústria de transformação. “A participação dos royalties no orçamento tem aumentado sua importância, atingindo neste ano cerca de 10% da receita”, diz o secretário municipal de Finanças, Genaldo Antônio dos Santos.

Bertioga vem em seguida, com arrecadação de R\$ 45,1 milhões. Os recursos são aplicados em despesas com saneamento e infraestrutura urbana. São Vicente e Praia Grande utilizam o recurso em ações de zeladoria e mobilidade urbana.

“Os royalties ampliam a capacidade de investimento do Município”, avalia o secretário adjunto de Planejamento e Controle Orçamentário de Praia Grande, Cristiano Mola.

NÃO CONCORDA

A Prefeitura de Guarujá discorda da distribuição atual e afirma que o modelo não respeita o princípio dos royalties: promover compensação por potencial de possível risco ambiental. Para isso, cita que o trânsito de navios com cargas perigosas na costa se concentra na área portuária da Cidade.

O secretário de Finanças de Guarujá, Adalberto Ferreira, diz que a atual distribuição prejudica sua cidade e Santos.

LITORAL SUL

Dependente das atividades turísticas e de comércio, as cidades do Litoral Sul se preparam para atrair empresas do setor de petróleo e gás. “Em conjunto com outras cidades, Itanhaém tem participado de reuniões com o Estado e empresas do setor, apresentando-se como município preparado para este investimento”, ressalta o secretário de Desenvolvimento Econômico, Eliseu Chagas, ao citar o aeroporto local como um diferencial.

Peruíbe também está aberta a investidores. Uma lei municipal prevê benefícios fiscais a empresas que se instalem no Município, desde que respeitem as regras ambientais e urbanísticas.

Para agência, queda passa por produção menor

■ Segundo a ANP, em nota enviada à Reportagem, o recolhimento do tributo começará a se reduzir a partir do próximo ano em função da queda dos volumes de produção de petróleo e gás natural de-

clarados pelas empresas.

Contudo, o órgão estatal reconhece que não há garantias de “efetivação das estimativas”, dadas as incertezas do mercado. A projeção serve para que as cidades possam elaborar seus

orçamentos a partir de uma indicação de recebimento.

“Os royalties são finitos porque só são pagos enquanto houver produção de petróleo e gás em determinado campo e variáveis por terem como base de cál-

culo o volume de produção dos campos de petróleo e gás (que tende a declinar com os anos), a cotação do dólar e os preços internacionais do petróleo e do gás natural”, esclarece a ANP.

A Secretaria Estadual da

Fazenda e Planejamento não avalia cenário de queda na arrecadação. A pasta trabalha com uma projeção de recolhimento de R\$ 2,4 bilhões por ano, considerando um cenário de estabilidade da produção.